

**AO JUÍZO DA Xª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXX.**

**Processo nº XXXXXXXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, à presença de Vossa Excelência, em atenção à r. despacho de fl. 307, suscitar, com fulcro no art. 132 e ss do CPC/15,

**INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE  
JURÍDICA**

com base nas razões abaixo delineadas.

As Executadas não cumpriram voluntariamente a determinação de pagamento constante à fl. X/X – conforme se depreende da certidão de fl. 252.

A diligência realizada para bloquear a quantia devida de contas bancárias das Executadas, tampouco, restou frutífera (fls. X-X). Da mesma

**Às folhas XX e XX têm-se notícias de que, respectivamente, no local em que estava instalada a 1ª Executada haveria empresa diversa, com mesmo nome fantasia, já não pertence ao Sr. FULANO DE TAL, o qual,**

inclusive, se habilitou ao processo (fl. X) e quitou o financiamento (fls. X-X) que existia entre a empresa tal e a Exequente; e de que a 2ª Executada já não exerce atividade empresária no endereço constante nos autos.

Sendo assim, **resta evidente que as Executadas encerraram irregularmente a suas atividades**, eis que esta consta como baixada junto ao CNPJ do Ministério da Fazenda, como se verifica na certidão anexa, o que - **tendo em vista que a relação entre as partes caracteriza-se como de consumo - autoriza a desconconsideração de sua personalidade jurídica, com base na teoria menor, positivada no art. 28 do Código de Defesa do Consumidor**, *verbis*:

Art. 28. **O juiz poderá desconconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito**, excesso de poder, **infração da lei**, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

§ 1º (Vetado).

§ 2º As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 3º As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.

§ 4º As sociedades coligadas só responderão por culpa.

§ 5º **Também poderá ser desconconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.**

Neste sentido, pacífico é o entendimento do Eg. STJ, *verbis*:

DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL.  
RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FRUSTRADA.  
PEDIDO DE **DESCONSIDERAÇÃO DA  
PERSONALIDADE JURÍDICA. INDEFERIMENTO.  
FUNDAMENTAÇÃO APOIADA NA INEXISTÊNCIA  
DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 50 DO  
CÓDIGO CIVIL DE 2002 (TEORIA MAIOR).**

**ALEGAÇÃO DE QUE SE TRATAVA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO ART. 28, § 5º, DO CDC (TEORIA MENOR). OMISSÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC RECONHECIDA.**

1. **É possível, em linha de princípio, em se tratando de vínculo de índole consumerista, a utilização da chamada Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica, a qual se contenta com o estado de insolvência do fornecedor, somado à má administração da empresa, ou, ainda, com o fato de a personalidade jurídica representar um "obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores" (art. 28 e seu § 5º, do Código de Defesa do Consumidor).**

2. Omitindo-se o Tribunal a quo quanto à tese de incidência do art. 28, § 5º, do CDC (Teoria Menor), acolhe-se a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC.

3. Recurso especial parcialmente conhecido e provido. (REsp 1111153/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/12/2012, DJe 04/02/2013);

**RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL PROPOSTA CONTRA A CONSTRUTORA E SEUS SÓCIOS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. ART. 28, CAPUT E § 5º, DO CDC. PREJUÍZO A CONSUMIDORES. INATIVIDADE DA EMPRESA POR MÁ ADMINISTRAÇÃO.**

1. Ação de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel movida contra a construtora e seus sócios.

2. Reconhecimento pelas instâncias ordinárias de que, em detrimento das consumidoras demandantes, houve inatividade da pessoa jurídica, decorrente da má administração, circunstância apta, de per si, a ensejar a desconsideração, com fundamento no art. 28, caput, do CDC.

3. **No contexto das relações de consumo, em atenção ao art. 28, § 5º, do CDC, os credores não negociais da pessoa jurídica podem ter acesso ao patrimônio dos sócios, mediante a aplicação da disregard doctrine, bastando a caracterização da dificuldade de reparação dos prejuízos sofridos em face da insolvência da sociedade empresária.**

4. Precedente específico desta Corte acerca do tema (REsp. nº 279.273/SP, Rel. Min. ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Min. NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, DJ de 29.03.2004).

5. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.

(REsp 737.000/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 12/09/2011);

**RESPONSABILIDADE CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. SHOPPING CENTER DE OSASCO-SP. EXPLOÇÃO. CONSUMIDORES. DANOS MATERIAIS E MORAIS. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE ATIVA. PESSOA JURÍDICA. DESCONSIDERAÇÃO. TEORIA MAIOR E TEORIA MENOR. LIMITE DE RESPONSABILIZAÇÃO DOS SÓCIOS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. REQUISITOS. OBSTÁCULO AO RESSARCIMENTO DE PREJUÍZOS CAUSADOS AOS CONSUMIDORES. ART. 28, § 5º.**

- Considerada a proteção do consumidor um dos pilares da ordem econômica, e incumbindo ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, possui o Órgão Ministerial legitimidade para atuar em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores, decorrentes de origem comum.

- A teoria maior da desconsideração, regra geral no sistema jurídico brasileiro, não pode ser aplicada com a mera demonstração de estar a pessoa jurídica insolvente para o cumprimento de suas obrigações.

Exige-se, aqui, para além da prova de insolvência, ou a demonstração de desvio de finalidade (teoria subjetiva da desconsideração), ou a demonstração de confusão patrimonial (teoria objetiva da desconsideração).

- **A teoria menor da desconsideração, acolhida em nosso ordenamento jurídico excepcionalmente no Direito do Consumidor e no Direito Ambiental, incide com a mera prova de insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de finalidade ou de confusão patrimonial.**

- Para a teoria menor, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e/ou administradores desta, ainda que estes demonstrem conduta administrativa proba, isto é, mesmo que não exista qualquer prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte dos sócios e/ou administradores da pessoa jurídica.

- A aplicação da teoria menor da desconsideração às relações de consumo **está calcada na exegese autônoma do § 5º do art. 28, do CDC, porquanto a incidência desse dispositivo não se subordina à demonstração dos requisitos previstos no caput do artigo indicado, mas apenas à prova de causar, a mera existência da pessoa jurídica, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.**

- Recursos especiais não conhecidos.

(REsp 279.273/SP, Rel. Ministro ARI PARGENDLER, Rel. p/ Acórdão Ministra NANCY ANDRIGHI,

TERCEIRA TURMA, julgado em 04/12/2003, DJ 29/03/2004, p. 230).

O Novo Código de Processo Civil dispõe acerca do procedimento da desconsideração da personalidade jurídica, assim determinando:

**Art. 133. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica será instaurado a pedido da parte** ou do Ministério Público, quando lhe couber intervir no processo.

§ 1º O pedido de desconsideração da personalidade jurídica observará os pressupostos previstos em lei.

§ 2º Aplica-se o disposto neste Capítulo à hipótese de desconsideração inversa da personalidade jurídica.

**Art. 134. O incidente de desconsideração é cabível em todas as fases do processo de conhecimento, no cumprimento de sentença e na execução fundada em título executivo extrajudicial.**

§ 1º A instauração do incidente será imediatamente comunicada ao distribuidor para as anotações devidas.

§ 2º Dispensa-se a instauração do incidente se a desconsideração da personalidade jurídica for requerida na petição inicial, hipótese em que será citado o sócio ou a pessoa jurídica.

§ 3º A instauração do incidente suspenderá o processo, salvo na hipótese do § 2º.

§ 4º O requerimento deve demonstrar o preenchimento dos pressupostos legais específicos para desconsideração da personalidade jurídica.

Desta feita, resta incontestado o preenchimento dos requisitos legais para a **desconsideração da personalidade jurídica** das empresas Rés, eis que estas **encerraram irregularmente suas atividades, se desfazendo de seus patrimônios em favor dos sócios, a fim de impossibilitar a satisfação, ainda que parcial, das dívidas de seus credores.**

Posto isto, pugna pelo recebimento do presente incidente, determinando-se, por conseguinte:

a) a **citação dos sócios das empresas Rés**, cujas qualificações encontram-se às fl. X (XXXXXX) e X (XXXXX), para virem responder ao presente incidente;

b) ao fim de sua tramitação, que haja o **deferimento do pedido** para afastar a personalidade jurídica das Rés, a fim de atingir o patrimônio dos seus sócios, com a conseguinte continuidade do cumprimento de sentença em curso contra esses.

XXXXXXXXX, XX de XXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
DEFENSOR PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL